

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Termo de Referência 120/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
120/2026	113202-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	JOSE ROBERTO ROLIM NUNES	06/05/2026 13:43 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	261/2026	01342.001299/2026-59

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de Embalagem para Despacho do Gerador e perfil U vermelho protetor de canto, nos termos da Tabela 1, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1 - Objeto da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Embalagem para Despacho do Gerador	636427	Unidade	17.400	R\$ 135,00	R\$ 2.349.000,00
2	Perfil U vermelho protetor de canto	637397	Unidade	2.000	R\$ 11,92	R\$ 23.840,00

1.2. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A aquisição será pela proposta com menor preço global.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável por até 3 (três) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O fornecimento deste bem são enquadrado como continuados tendo em vista que são itens críticos ao processo produtivo do Centro de Radiofarmácia do IPEN e que o atraso ou a interrupção da vigência do contrato implica em riscos aos processos e produtos utilizados pela medicina nuclear brasileira.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Esta aquisição não se enquadra como atividade de custeio, uma vez que a atividade de custeio tem por definição que são aquelas atividades comuns a todos os órgãos e entidades e que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais. A aquisição da Embalagem de Despacho do Gerador (EDG) e do perfil U vermelho protetor de canto é necessária para produção do GERADOR IPEN-TEC do Centro de Radiofarmácia, que é uma atividade fim do IPEN /CNEN.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00402552000126-0-000004/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 13/05/2024;
- II) Identificador da Futura Contratação: 113202-261/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **Especificação Técnica**

3.2. A especificação técnica do objeto deste processo de aquisição está no anexo deste termo de referência, sendo:

Anexo A - Especificação técnica da Embalagem de Despacho do Gerador (item 1) e do Perfil U vermelho protetor de canto (item 2)

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares exigirá de seus fornecedores, no exercício de seus mistérios, responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, no segundo, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente, conforme o Plano Diretor de Logística Sustentável da Comissão Nacional de Energia Nuclear - PLS - 2024 /2027.

4.2. A contratada deve realizar as etapas de logística reversa da EDG, após o recebimento desta pelo IPEN.

4.3. Para cada lote fornecido a contratada deve enviar 03 (três) tampas da EDG adicionais para testes destrutivos no recebimento.

4.4. A contratada deverá utilizar rótulos e etiquetas da embalagem de entrega de fácil remoção manual.

4.5. A contratada deve acondicionar os bens com materiais recicláveis e que garantam proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.6.1. A CONTRATADA deverá atender aos critérios e práticas sustentáveis previstas por meio do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como:

- a) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- b) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- c) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- d) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- e) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- f) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- g) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.7. A CONTRATADA deverá apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.8. Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias/atividades e preparação das programações, a CONTRATADA deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

#### **Layout de Impressão do Rótulo**

4.9. Após o pregão ou após a divulgação do resultado final do certame, o IPEN/CNEN disponibilizará a arte final de impressão indicada na especificação.

4.10. O licitante “provisoriamente classificado em primeiro lugar” deve providenciar, em caso de solicitação do IPEN, alterações na arte final e deve apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis, à área técnica do Centro de Radiofarmácia o seguinte dado:

- a) Impressão do layout da arte final em arquivo eletrônico na extensão PDF.

4.11. Após aprovação do layout de impressão, o fornecedor deve entregar em até 5 (cinco) dias úteis um arquivo eletrônico da arte final aprovada à área técnica do Centro de Radiofarmácia.

#### **Da exigência de amostra e documentos**

4.12. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostras e documentos em até 60 (sessenta) dias corridos. A reunião inicial de análise de amostras e documentos terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados.

4.13. Serão exigidas as seguintes amostras e documentos:

- a) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB);
- b) Licença operacional ambiental;
- c) Modelo de Certificado de Qualidade de fornecedor;
- d) Relatório de Ensaio de Medições das medidas principais (diâmetros, altura e espessura) do balde industrial da EDG, emitido por empresa acreditada pelo INMETRO;

e) Relatório de Ensaio de Carga Suportada pela Alça do balde industrial (item 1) com carga de 40 kg na EDG, emitido por empresa acreditada pelo INMETRO;

f) Certificado de Qualificação da EDG emitido pelo CDTN;

g) 5(cinco) amostras da EDG conforme especificação do Quadro 1. As amostras podem estar sem impressão desde que se apresente layout de impressão em escala 1:1.

4.14. As amostras deverão ser entregues no endereço abaixo, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

Centro de Radiofarmácia do IPEN/CNEN

Av. Prof. Lineu Prestes, 2242 - Butantã

São Paulo - SP, 05508-000

4.15. É facultada prorrogação do prazo estabelecido para entrega de amostras e documentos, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.16. No caso de não haver entrega da amostra e documentos ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.17. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Análise de documentos entregues: consistirá na avaliação de todos os documentos listados Análise de documentos entregues na seção "Da exigência de amostra e documentos";

b) Análise Visual: Consistirá na verificação de trincas, bolhas, variação da coloração dos materiais e falhas oriundas do processo de manufatura dos componentes da EDG;

c) Análise Dimensional: consistirá na avaliação de Relatório de Ensaio de Medições do balde industrial (item 1 da Tabela 1), emitido por empresa acreditada pelo INMETRO;

d) Análise de Desempenho: Consistirá na montagem completa da EDG simulando uma operação real com o objetivo de constatar o correto encaixe entre itens componentes e o produto embalado na EDG. Consistirá também na análise do Relatório de Ensaio de Carga Suportada pela Alça do balde industrial (item 1), emitido por empresa acreditada pelo INMETRO. Consistirá também na análise da embalagem e embalado (conteúdo) após o fechamento da tampa no corpo da EDG em equipamento da linha de produção. A tampa deve fechar a parte superior do corpo sem deformações na embalagem e sem deformações ou quebras no produto embalado (GERADOR IPEN-TEC, blindagem de chumbo e dois blisters com frascos de cloreto de sódio e frascos à vácuo). Consistirá também na análise do lacre de segurança/ inviolabilidade da tampa.

e) Abaulamento do fundo da EDG: Consistirá na montagem de um produto GERADOR IPEN-TEC com amostra da EDG e verificação do abaulamento do fundo da EDG. O abaulamento deve ser menor que 12 mm na medição entre a circunferência do diâmetro ao centro do fundo da EDG.

f) Monitoração Radiológica de taxa de dose na superfície: Consistirá na embalagem do GERADOR IPEN-TEC na cavidade central da blindagem de chumbo de uma amostra de EDG, sendo essa fechada, e através de monitor de radiação apropriado, será verificado da taxa de dose na superfície da EDG. Será repetido este procedimento com a EDG atual (em uso). Critério de aprovação: o valor da taxa de dose medida na amostra da EDG deve ser inferior a 1,1 vezes a taxa de dose medida na EDG em uso.

Análises, ensaios e medições realizados em áreas controlada do CECRF não podem ser acompanhados pelos licitantes.

4.18. As avaliações serão realizadas em até 10 (dez) dias úteis após a reunião inicial de análise de amostras e documentos e serão executadas de forma objetiva por no mínimo 02 (dois) especialistas do Centro de Radiofarmácia do IPEN.

4.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.20. Se a(s) amostra(s) e documentos apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.21. As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.22. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.23. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### **Garantia da Qualidade**

4.24. O IPEN/CNEN pode realizar auditorias sem de aviso prévio, para esta finalidade o licitante ou empresa CONTRATADA deve receber representantes do IPEN/CNEN para verificação de conformidades do objeto fornecido e de verificação de Boas Práticas de Fabricação. As auditorias serão realizadas com base nos riscos do material à qualidade do produto do IPEN/CNEN, conforme Resolução - RDC N° 658, de 30 de março de 2022 da Anvisa.

### **Subcontratação**

4.25. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.26. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.27. Não haverá reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte porque durante a pesquisa de mercado e pesquisa de preços não houve três ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (inciso I do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015).

### **Margem de Preferência:**

4.28. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10% (dez por cento), prevista no Decreto n.º 11.980, de 22 de Janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º 4 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. A primeira entrega deve ser em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. As entregas dos objetos devem ser conforme indicado na sequência. O pagamento de cada entrega será conforme subseção 8.20. deste Termo de Referência.

5.3. O IPEN faculta ao direito de realizar pequenos ajustes na quantidade e data de cada envio. A quantidade total deve ser atendida.

5.4. As entregas da EDG devem ocorrer nos seguintes prazos e condições:

Frequência e quantidade por entrega: 720 unidades a cada duas semanas ou 360 unidades por semana.

5.5. A entrega do blister deve ocorrer nos seguintes prazos e condições:

Entregar em duas entregas 8.700 unidades ou 4 entregas de 4.350 unidades. A primeira entrega deve ser junto com a primeira entrega da EDG.

5.6. A entrega do perfil U vermelho protetor de canto deve ocorrer nos seguintes prazos e condições:

Entregar a quantidade total junto com a primeira entrega da EDG.

5.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Gerência de Materiais e Patrimônio do IPEN/CNEN – GMP

Travessa “R”, 400 – Cidade Universitária – bairro Butantã

São Paulo, SP – CEP 05508-170

Horário: de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 16h00min.

(informa o endereço de entrega)

5.8. As seguintes condições devem ser atendidas no fornecimento:

- a) Certificado de Qualidade com nº do lote, data de validade e data de fabricação para cada entrega;
- b) O objeto deve ser entregue conforme especificado e isento de partículas, graxa ou quaisquer outros tipos de impurezas;
- c) A superfície do filme plástico utilizado na palletização deve estar isenta de partículas, fuligens, óleos, graxas e quaisquer tipos de sujeiras;
- d) É responsabilidade do fornecedor o transporte de entrega do objeto deste Termo de Referência;
- e) Temperatura de transporte: ambiente;
- f) No transporte e entrega dos objetos deve-se utilizar veículo limpo e adequado para manter a integridade e limpeza dos objetos;
- g) A entrega dos objetos deve ser efetuada no Almoxarifado Central; e
- h) O objeto deste Termo de Referência deve ser entregue acondicionado em embalagem apropriada conforme a natureza de cada produto, para garantir a integridade física do produto durante o transporte e armazenamento e em conformidade com a legislação vigente.

(informa condições para entrega e fornecimento do objeto)

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 0,5% (meio por cento) 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. Não será admitida cessão de crédito na contratação oriunda da presente licitação.

### **Reajuste**

- 8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/04/2026.
- 8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será continuado.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Quantidade mínima fornecida equivalente a 50% da quantidade do item 1.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Tabela 2 apresenta o valor unitário e total estimados para aquisição dos objetos deste Termo de Referência. Estes valores são estimados com base em pesquisa de preços realizada de acordo com a Instrução Normativa N° 65, de 07 de julho de 2021.

Tabela 2 – Valores referencial unitário e total estimados

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Embalagem para Despacho do Gerador	un	17.400	R\$ 135,00	R\$ 2.349.000,00
2	Perfil U vermelho protetor de canto	un	2.000	R\$ 11,92	R\$ 23.840,00
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$ 2.372.840,00

10.2. O valor total global estimado para esta aquisição, que corresponde ao valor máximo aceitável, é R\$ 2.372.840,00 (dois milhões e trezentos e setenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais), conforme valor apostado na tabela contida no item acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



- a) Gestão/unidade: 11501/113202
- b) Resumo do Programa de Trabalho (PTRES): 229001
- c) Programação Interna: 24780000015
- d) Elemento de Despesa: 339030
  - c.1) Subitem: 19
- e) Fonte de Recursos: 1000000000 ou 10500000038

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I

13.1. Não aplicável.

## 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria Diretoria das Unidades 61 (SEI nº 3464893)

**CARLOS ALBERTO ZEITUNI**  
INTEGRANTE REQUISITANTE



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 13:13:59.*

Despacho: Portaria Diretoria das Unidades 61 (SEI nº 3464893)

**NATANAEL GOMES DA SILVA**

INTEGRANTE TÉCNICO



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 13:43:25.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

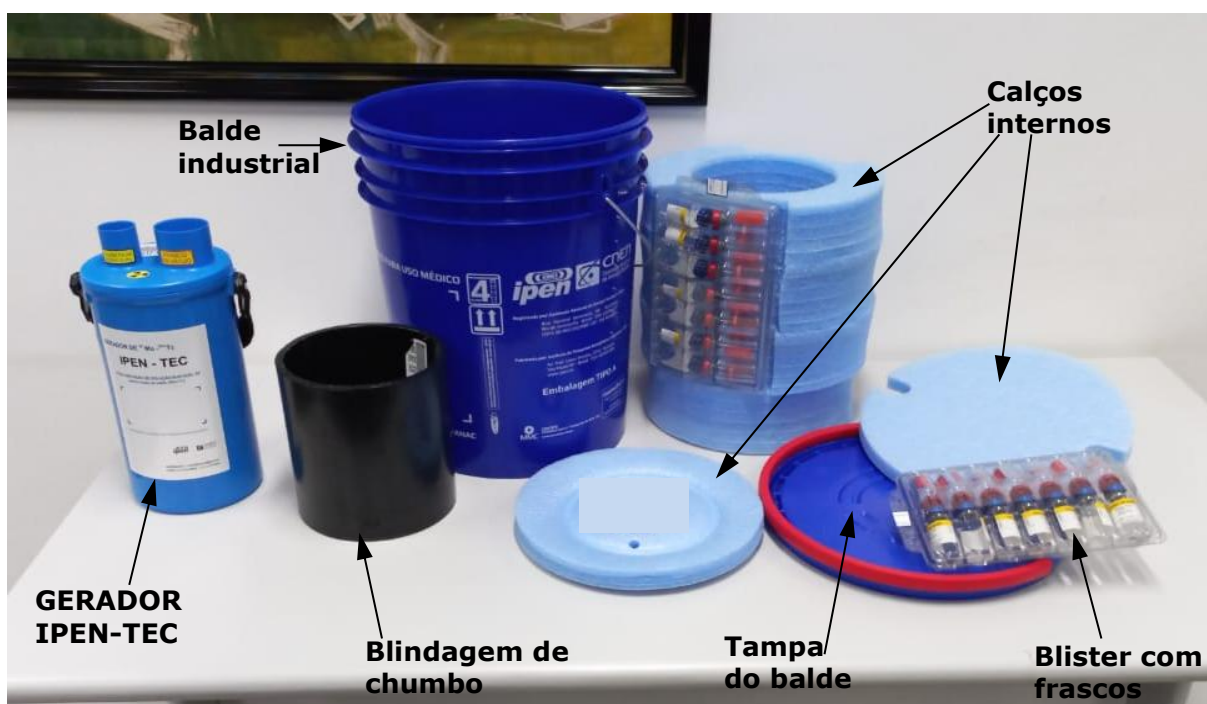
- Anexo I - Anexo A - Especificacao tecnica da Embalagem de Despacho do Gerador (item 1) e do Perfil U vermelho protetor de canto (item 2).pdf (989.92 KB)

## **Anexo A - Especificação técnica da Embalagem de Despacho do Gerador (item 1) e do Perfil U vermelho protetor de canto (item 2)**

A Figura 1 apresenta imagem ilustrativa da Embalagem de Despacho do Gerador (EDG) desmontada, que basicamente composta por:

- Balde com tampa (partes em azul escuro);
- Calços internos (partes em azul claro); e
- Estojo tipo blister.

**Figura 1 – Embalagem de Despacho para GERADOR IPEN-TEC desmontada**



Esta figura também apresenta os itens que serão embalados pela EDG, que são: GERADOR IPEN-TEC; blindagem de chumbo; estojo tipo blister com frascos de cloreto de sódio; e estojo tipo blister com frascos à vácuo.

## 1. Descritivo Técnico

As especificações técnica dos objetos estão no Quadro 1 e Quadro 2.

**Quadro 1 – Especificação técnica da EDG**

<b>Embalagem de Despacho do GERADOR IPEN-TEC (EDG)</b>				
<b>Tabela 2 – Itens da EDG</b>				
ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
01	un	1	Balde industrial com tampa	ANEXO I
02	un	1	Base do calço interno	ANEXO II
03	un	1	Corpo do calço interno	ANEXO III
04	un	1	Tampa do calço interno	ANEXO IV
05	un	1	Estojo tipo blister e etiqueta tipo lacre	ANEXO V

Requisitos:

- A EDG deve possuir certificado de qualificação emitido pelo Centro do Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CDTN) de Belo Horizonte – MG (Certificação CDTN);
- EDG deve acondicionar a blindagem de chumbo de propriedade do IPEN (ver ANEXO VI);
- Logística reversa da EDG – Itens componentes devem ser moídos e reciclados.

Embalagem de Entrega:

60 unidades de EDG em pallet de 1,2 x 1,0 m e altura máxima de 1,5 m. Pallet revestido com filme stretch. Cada pallet etiquetado com as seguintes informações:

- Nome do fornecedor;
- Identificação do item (Embalagem de Despacho do Gerador);
- Lote;
- Data de fabricação (FAB. dd/mm/aa);
- Data de Validade (VAL. dd/mm/aa); e
- Contém 60 unidades.

xxx unidades de estojo tipo blister e etiqueta tipo lacre embalados em caixa de papelão identificadas com:

- Nome do fornecedor;
- Identificação do item (Estojo tipo blister);
- Lote;
- Data de fabricação (FAB. dd/mm/aa);
- Data de Validade (VAL. dd/mm/aa); e
- Contém xxx unidades.

Prazo de validade do objeto igual ou superior a 12 (doze) meses, contado da data de entrega.

### **Especificação Alternativa para EDG**

Empresa interessada pode apresentar embalagem de especificação alternativa com materiais recicláveis para:

- Balde industrial, por exemplo: balde de base e topo de plástico e corpo de outro material;
- Calços internos, por exemplo: calços de papelão ou isopor ou suporte plástico injetado; e
- Estojo tipo blister, por exemplo: cartucho (papel cartão) com visor para os frascos.

A configuração alternativa da EDG deve:

- Ter certificação CDTN;

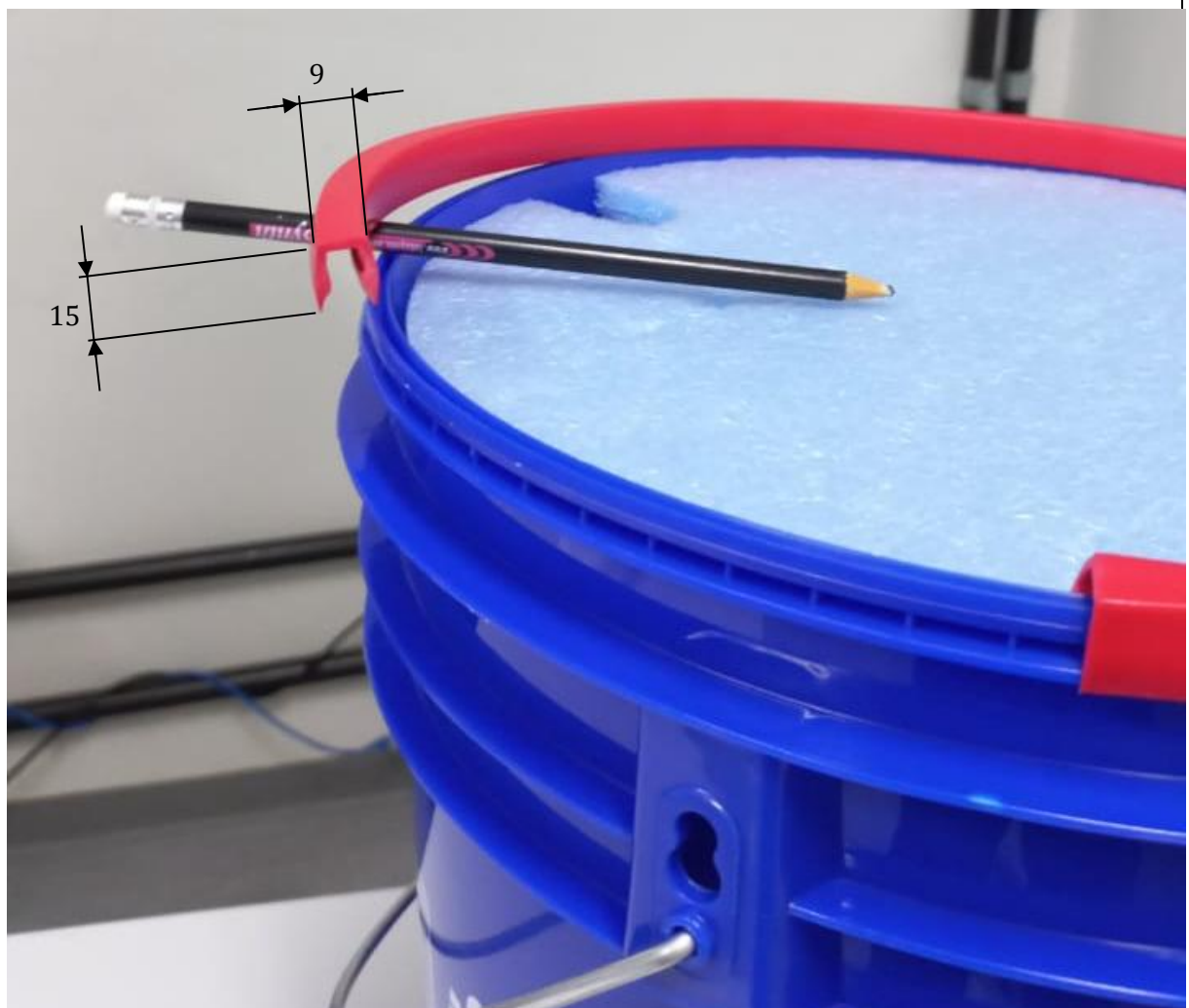
- Fechar automaticamente em par de esteiras (plano inclinado) na linha de embalagem do Centro de Radiofarmácia do IPEN;
- Resultar em taxa de dose inferior a 1,1 vezes a taxa de dose da EDG atual, quando se embala GERADOR IPEN-TEC de qualquer atividade produzido pelo IPEN;
- Ter transporte seguro por empilhadeira de pallets com até 36 unidades de GERADOR IPEN-TEC embaladas na EDG. Fundo da EDG alternativa não pode abaular acima de 7 mm.

#### Quadro 2 – Especificação técnica do Perfil U vermelho protetor de canto

##### Perfil U vermelho protetor de canto

Perfil U vermelho:

- Material de característica flexível e resiliente (após pressão volta ao estado original sem apresentar danos), nas seguintes dimensões:
  - Comprimento: de 750 a 800 mm (arco de 300° e raio 150 mm);
  - Altura e largura: ver imagem abaixo;
  - Espessura: 2 mm.
- Seção U de topo plano conforme imagem abaixo e amostra.



**Requisito**

- Quando instalado na interface entre tampa e corpo da EDG, o perfil U vermelho deve evitar o travamento entre tampa e corpo da EDG.

**Embalagem de Entrega:**

xxx unidades de perfil U vermelho protetor de canto embaladas em caixa de papelão identificadas com:

- Nome do fornecedor;
- Identificação do item (Perfil U vermelho protetor de canto);
- Lote;
- Data de fabricação (FAB. dd/mm/aa);
- Data de Validade (VAL. dd/mm/aa); e
- Contém xxx unidades.

Prazo de validade do objeto igual ou superior a 12 (doze) meses, contado da data de entrega.

## ANEXO I – Especificação do balde industrial com tampa (item 1)

Referência: Balde Ind 22L V1 - Alça plástica da Jaguar Embalagens ou equivalente ou superior

Balde industrial de corpo com alça plástica e tampa lisa com lacre inviolável conforme abaixo:

### 1 - Corpo:

- Material: polipropileno na cor azul (conforme amostra);
- Dimensões:
  - Altura: 381,3 mm ( +2; -2 mm);
  - Diâmetro externo no filete de travamento: 310,9 mm (+ 1; -1 mm);
  - Diâmetro externo base: 266,65 mm (+ 1; -1 mm); e
  - Espessura mínima: 2,0 mm (+0,2;- 0,2 mm).
- Impressão: em uma cor conforme arte final AF-IMP-EDG-00.

### 2 - Tampa:

- Material: polipropileno na cor azul (conforme amostra);
- Superfície externa lisa com área mínima livre de 100 x 75 mm;
- Auto travante no corpo e com lacre de inviolabilidade; e
- Dimensões:
  - Altura total: 28,5 mm ( +0,5; -0,5 mm); e
  - Espessura mínima: 1,75 mm ( +0,1; -0,1 mm).

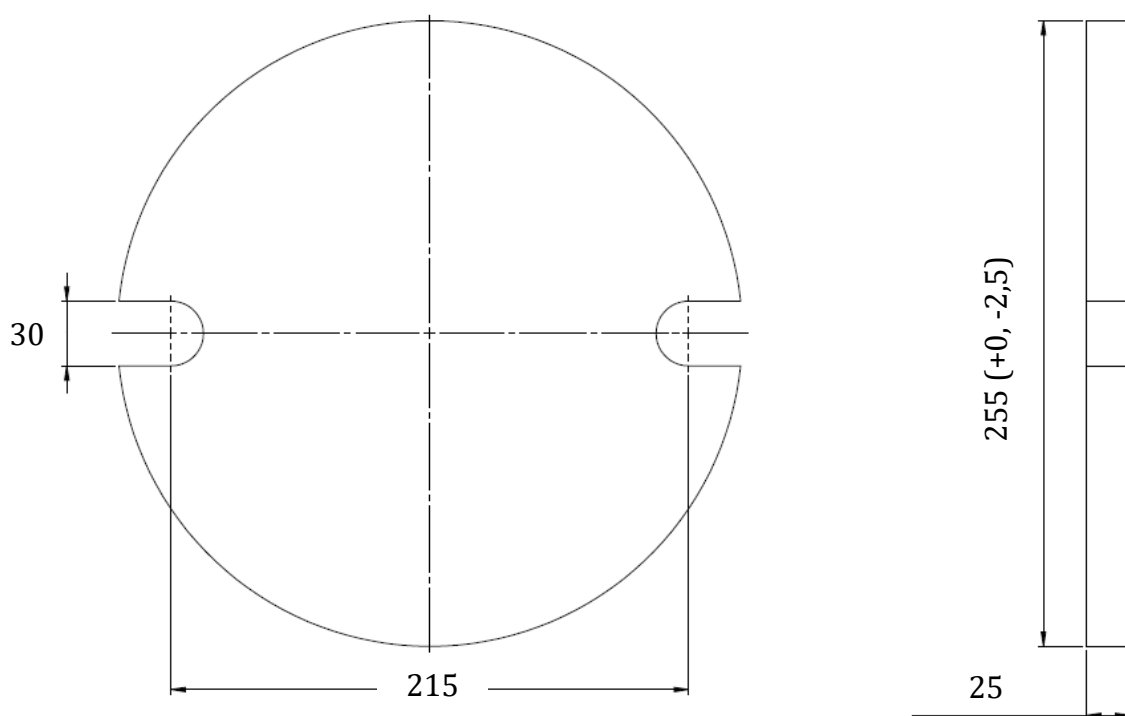
### 3 - Alça:

- Alça do balde industrial em polipropileno na cor branca com resistência para suportar até 44 kg em ensaio estático.



## ANEXO II - Especificação da base do calço interno (item 2)

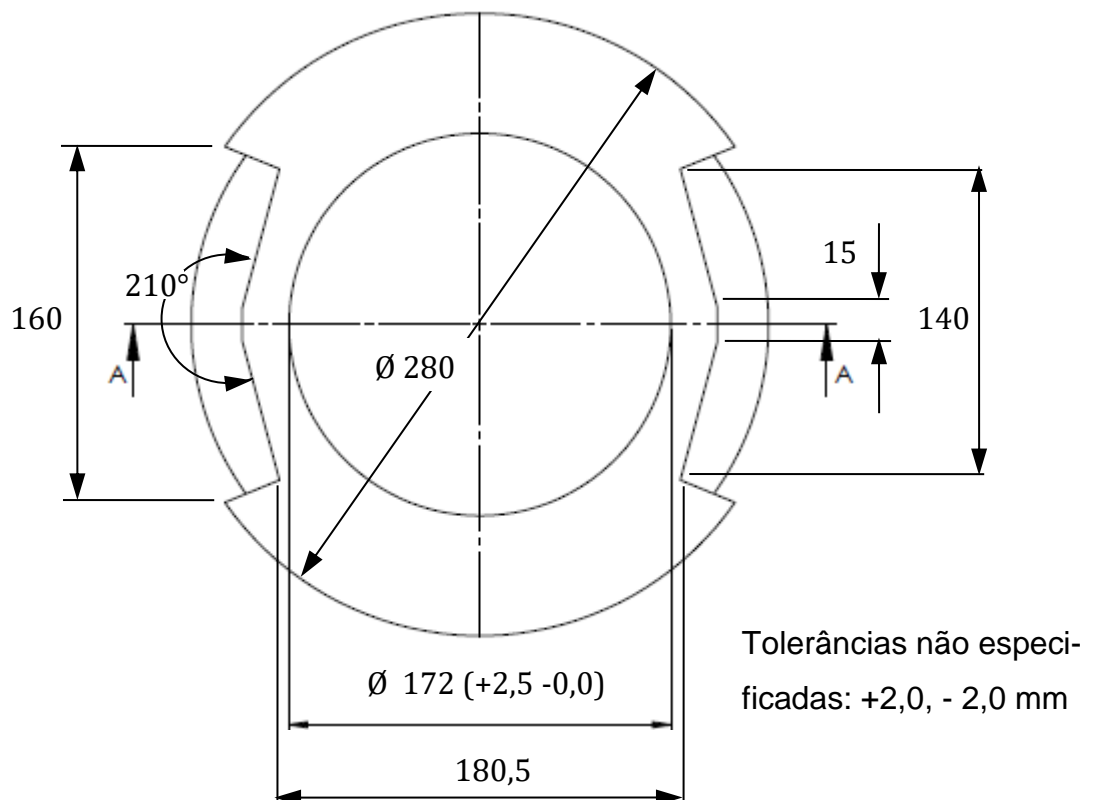
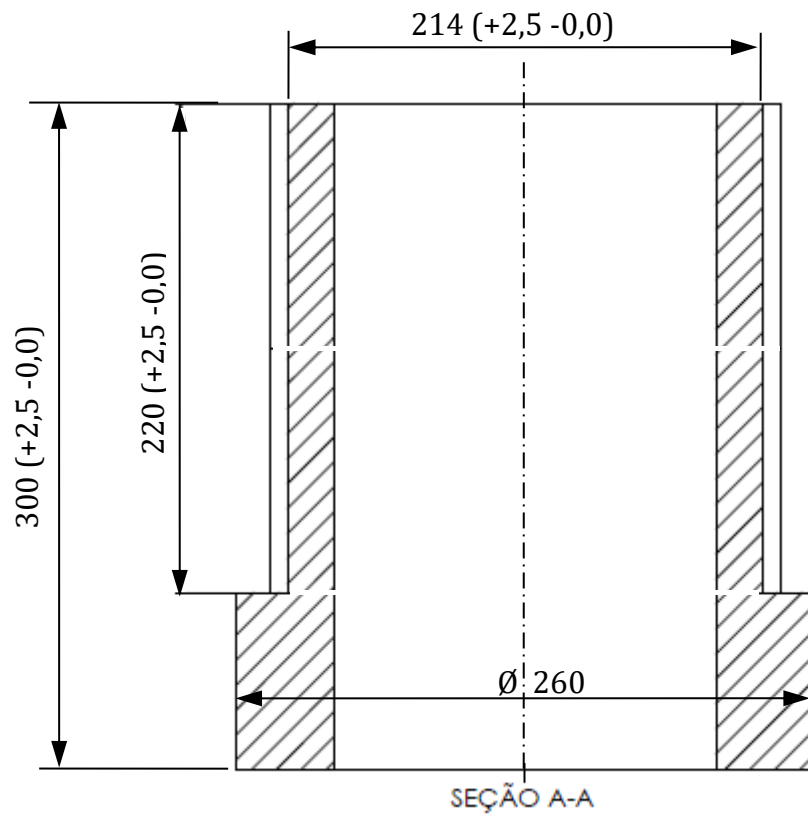
- Material: polietileno expandido – EPE 22 g/m<sup>2</sup> (densidade mínima) azul claro (conforme amostra) ou branco;
- Dimensões conforme desenho:



Tolerância geral de +2,0, - 2,0 mm

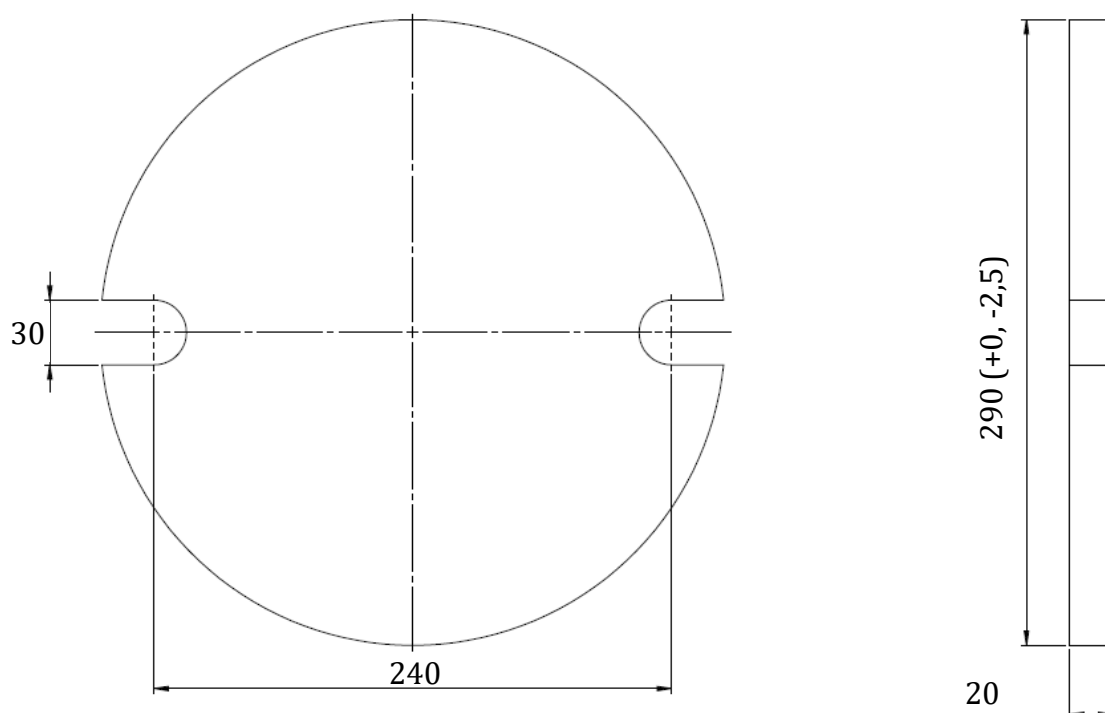
### ANEXO III - Especificação do corpo do calço interno (item 3)

- Material: polietileno expandido – EPE 22 g/m<sup>2</sup> (densidade mínima) azul claro (conforme amostra) ou branco;
- Dimensões conforme desenho:



#### ANEXO IV - Especificação da Tampa do calço interno (item 4)

- Material: polietileno expandido – EPE 22 g/m<sup>2</sup> (densidade mínima) azul claro (conforme amostra) ou branco;
- Dimensões conforme desenho:

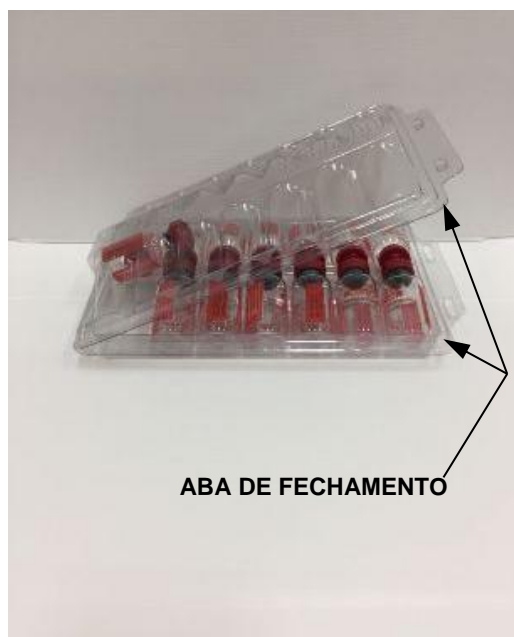


Tolerâncias não especificadas: +2,0, - 2,0 mm

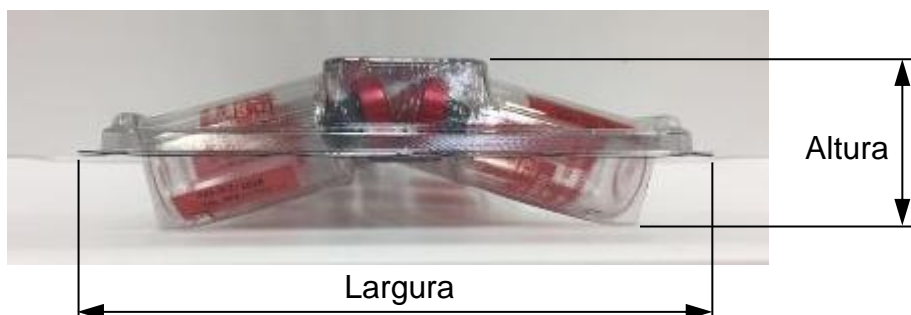
## Anexo V – Especificação da estojo tipo blister (item 5)

### Características da embalagem:

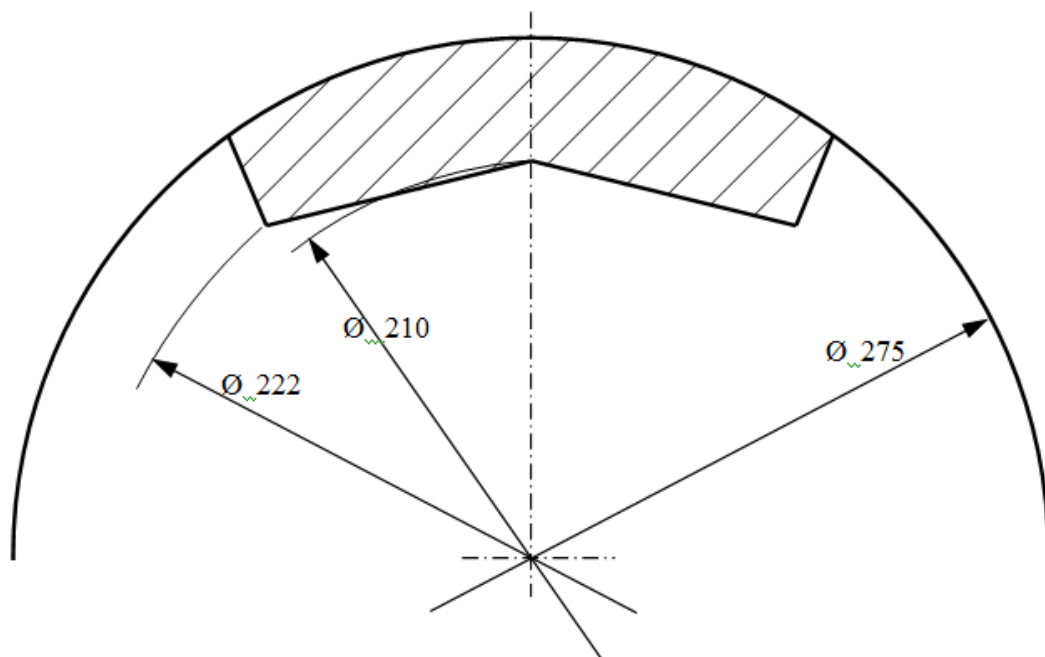
- Estojo tipo blister em uma única peça articulada e composta de base e tampa (tipo maleta), para acondicionamento de 14 frascos em duas fileiras espelhados entre si. Conforme imagens abaixo:



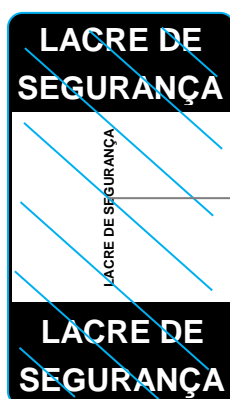
- Estojo com berços na base e curvaturas na tampa para acomodar cada frasco de forma que não ocorra contato entre os frascos após o fechamento;
- Aba de fechamento da embalagem com dois botões para fechamento;
- Material da embalagem: plástico PET cristal de 0,35 mm espessura mínima;
- Medidas do estojo tipo blister fechado:
  - Comprimento: 236 mm máximo;
  - Largura: 153 mm máximo;
  - Altura: 44 mm máximo; e



- Qualquer seção transversal do estojo deve encaixar na seção hachurada da figura abaixo:



- Para cada estojo tipo blister, deve ser fornecido etiqueta(s) com as seguintes características:
  - 1- Etiqueta autoadesiva tipo lacre de segurança (faca tipo lacre);
  - 2- Material: BOPP branco com adesivo permanente acrílico;
  - 3- Dimensões: 30 x 52 mm;
  - 4- Sem esqueleto. Aplicação manual; e
  - 5- Impressão conforme layout abaixo na cor preta (ver amostra



Preencher área central branca repetindo o texto **"LACRE DE SEGURANÇA"** inclinado 45° na cor cinza (preto com poucos pontos) (ver amostra desta etiqueta).

## ANEXO VI – Informações sobre Blindagem de chumbo da EDG (BEG)

- A BEG é propriedade do IPEN (desenho da BEG na sequência);
- O fornecedor deve projetar o calço interno da EDG para que eixo central imaginário da BEG coincida com o eixo central imaginário do balde;
- Calços internos devem ser projetados de forma a facilitar a retirada da BEG sem enrosco ou arraste do calço interno na retirada da BEG;
- Por logística reversa as BEG retornarão ao IPEN após uso do GERADOR IPEN-TEC pelas clínicas da medicina nuclear; e
- A logística reversa dos componentes da EDG é de responsabilidade do fornecedor.

Desenho da Blindagem de Chumbo da Embalagem de Despacho do Gerador

